3104 Rio de Janeiro, abril de 2025

SUMÁRIO EXECUTIVO

O BRASIL E O BRICS EXPANDIDO: RELAÇÕES COMERCIAIS RECENTES E RECOMENDAÇÕES

Marco Aurélio Alves de Mendonça
Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos Internacionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dinte/Ipea). *E-mail*: marco.mendonca@ipea.gov.br.

Tainari Taioka
Bolsista do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dinte/Ipea. *E-mail*: tainari.taioka@ipea.gov.br.

Carlos Renato Ungaretti
Bolsista do PNPD na Dinte/Ipea. *E-mail*: carlos.ungaretti@ipea.gov.br.

DOI: https://dx.doi.org/10.38116/td3104-port

Este *Texto para Discussão* examina a evolução das relações comerciais entre o Brasil e os outros países do BRICS, composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, e os cinco novos integrantes, a saber, Arábia Saudita, Egito, Etiópia, Emirados Árabes Unidos e Irã, destacando a importância estratégica de suas parcerias comerciais.

O principal objetivo do BRICS original é fortalecer a representatividade dos países emergentes e aumentar sua influência nos mecanismos de governança global. Dessa forma, a inclusão dos novos membros, ocorrida em 2023, teve como intuito ampliar a força geopolítica do grupo, mantendo os objetivos originais, e consolidando uma representatividade que agora abrange 36% do produto interno bruto (PIB) mundial e aproximadamente 45% da população global. Os novos contornos oriundos da XVI Cúpula do BRICS, realizada em 2024, em Kazan, na Rússia, também mostraram grande relevância. A criação de uma nova categoria de adesão possibilitou que treze novos países fossem incorporados na condição de países parceiros,[1] permitindo-os participar das discussões do grupo, embora sem direito a voto.

A iniciativa mais relevante do BRICS foi a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (New Development Bank – NDB), estabelecido em 2014 para financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável, especialmente em países do Sul global. O objetivo da instituição é oferecer uma alternativa ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial, o que a torna um instrumento importante para os membros do bloco. Em 2023, o NDB passou a ser liderado pela ex-presidente brasileira Dilma Rousseff, marcando a continuidade da liderança brasileira no desenvolvimento de um sistema financeiro alternativo e multipolar.

Em relação ao BRICS original, os dados revelaram que o comércio intrabloco experimentou crescimento expressivo entre 2000 e 2023, impulsionado principalmente pela China, que responde por 50% das transações comerciais dentro do bloco. A Rússia, por sua vez, expandiu as trocas com os membros em resposta a sanções ocidentais, priorizando a exportação de produtos ligados ao setor de energia para China e Índia. O Brasil segue atuando como fornecedor de *commodities* para o BRICS, especialmente para a China, e enfrenta desafios de diversificação de

1. Os novos parceiros incluem quatro países do Sudeste Asiático (Malásia, Indonésia, Vietnã e Tailândia), três africanos (Nigéria, Argélia e Uganda), dois latino-americanos (Cuba e Bolívia), além de Turquia, Uzbequistão, Cazaquistão e Bielorrússia.

sua pauta exportadora, que ainda é altamente concentrada em bens primários.

No caso do comércio com os novos membros, observou-se que o volume não é muito expressivo. Em 2023, as exportações brasileiras para esses países representaram apenas 3,2% do total, enquanto as importações somaram apenas 2,2%, para o mesmo período. Entre estes países, destacaram-se as transações comerciais com a Arábia Saudita, que, devido à sua condição de grande exportador de petróleo, constitui importante fornecedor de produtos petroquímicos ao Brasil. Contudo, o intercâmbio com os demais membros adicionais permanece limitado, refletindo um espaço ainda a ser explorado, tanto no que tange à diversificação das exportações brasileiras quanto à ampliação de trocas com mercados como Irã, Egito e Emirados Árabes Unidos.

Por fim, com base nessas informações, as recomendações deste estudo para o fortalecimento da posição brasileira no BRICS consistem em: estabelecer mecanismos de facilitação de comércio, inclusive com possível uso de moedas locais; incorporar novos segmentos e atividades para além dos setores tradicionais de *commodities*; promover a cooperação na defesa das regras multilaterais de comércio; qualificar a inserção internacional do Brasil por meio da priorização de esforços voltados à reindustrialização; utilizar o BRICS como plataforma para estreitar contatos regulares e efetivar a coordenação em termos de governança e promoção comercial; estabelecer políticas comerciais direcionadas e medidas facilitadoras, visando ao fortalecimento de cadeias produtivas; ou mesmo implementar ações de promoção e inteligência comercial em resposta às deficiências informacionais e de conhecimento sobre mercados ainda pouco explorados no âmbito do BRICS.

Esforços conjuntos são recomendados para promover a cooperação econômica e comercial, reforçando o papel do Brasil como ator estratégico no BRICS e contribuindo para o fortalecimento de uma estruturação financeira multipolar.